Direito, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Desafios Democráticos para o Futuro

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Anna Luísa Pereira Guimarães
Sheila Joana Vieira
Marcos Luis Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Este artigo discute a intersecção dos déficits democráticos de direito, sustentabilidade e desenvolvimento no horizonte. As pressões da crise ambiental global, o aumento das disparidades sociais e os efeitos econômicos das mudanças climáticas levaram a novas realidades às quais os sistemas jurídicos tiveram que se adaptar. Nesse sentido, é essencial refletir como o direito pode promover o desenvolvimento sustentável, garantindo também a proteção dos direitos humanos e a equidade social. A pesquisa pretende explorar lacunas na legislação atual devido às pressões em direção à sustentabilidade dentro dos sistemas democráticos. E como essas pressões podem ser reconciliadas democraticamente.

Objetivo

O autor do artigo afirma que é para considerar os desafios e oportunidades que o direito tem na promoção do desenvolvimento sustentável com foco em políticas públicas e legislação inovadora dentro de um ambiente democrático.

Material e Métodos

A metodologia usada para esta pesquisa é uma revisão bibliográfica interdisciplinar cobrindo questões legais, econômicas e ambientais. Textos de leis em níveis nacional e internacional, relatórios de organizações não governamentais e artigos acadêmicos sobre sustentabilidade e sobre o direito foram considerados. Sua natureza qualitativa permite compreender em profundidade a interação entre normas legais e desafios do desenvolvimento sustentável. A análise de documentos também ajuda a trazer à tona padrões emergentes em relação às políticas públicas em relação à sustentabilidade que está sendo abordada.

Resultados e Discussão

As evidências obtidas mostram que há esforços crescentes para introduzir os princípios da sustentabilidade na legislação nacional e internacional e barreiras significativas no caminho de sua implementação. A falta de integração com outras políticas ambientais, bem como interesses econômicos divergentes, atuam como um

impedimento para a construção de uma estrutura legal eficaz. Pesquisas foram elaboradas sobre democracia participativa como uma contribuição importante para tornar as decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável inclusivas e levando em consideração as necessidades das partes interessadas. Mas desafios como transparência e assimetria de informações impedem isso. Também levanta a questão da criação de ferramentas legais que devem ser mais flexíveis e inovadoras ao aprender com as rápidas mudanças trazidas pelas crises ambientais.

Conclusão

Conclui-se que o direito tem um papel central na promoção do desenvolvimento sustentável, mas é necessário um maior comprometimento democrático para superar os desafios atuais. A construção de políticas públicas inclusivas e o fortalecimento da participação cidadã são essenciais para garantir a justiça ambiental e social.

Referências

file:///C:/Users/Laboratorio/Downloads/2540-14032-2-PB%20(1).pdf

http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/daniella_maria_dos_santos_dias.pdf